

“Évora para todos...”

“... o quintal com hortícolas e árvores de fruto deu lugar à compra de beringelas e papaias/mangas e a ‘cozinha de matanças’ foi substituída pelo talho do hiper-mercado...”

Aproveitando o mote dado pelo folheto “*Évora, Agenda 21 – Todos por Évora. Évora para todos*”, entendo dever participar, respondendo ao repto do referido folheto: “*Participe!*”.

E participo através das páginas do “Diário do Sul” porque, deste modo, poderão outros cidadãos sentirem-se tentados a também participarem, assumindo a premissa de poderem ser “... *forte agente de mudança*”.

Não invalidando outras formas de participação, nem limitando o espaço de intervenção a outros itens da sustentabilidade, ousou referir-me à sustentabilidade económica, nos seus aspectos práticos, do dia-a-dia, e uso a comparação apenas como exemplo de que são possíveis outras atitudes em prol da referida sustentabilidade.

Como é compreensível para todos, o mundo actual caracteriza-se pela velocidade e pela acessibilidade. Há que criar, fomentar, acarinhhar e garantir acessibilidades várias (viárias, telefónicas, cibernéticas, etc...), como há que garantir que o uso dessas acessibilidades se faz a velocidades suficientemente grandes que possam garantir a competitividade numa economia à escala planetária. É paradigmático do que afirmo o tão propalado “choque tecnológico” proposto pelo actual governo, para colmatar décadas de atraso conjuntural do país face à Europa e ao mundo em geral. Isto é, acessibilidade e velocidade (de informação, fundamentalmente) são factores que, sem esquecer outros, embora de peso menor e variável, poderão garantir a sustentabilidade de uma região/local.

Uma economia é “sustentável” se gerar mais-valias sociais e ambas, inter-agindo com o território, possam ser competitivas, gerando acréscimos de mais-valias e, assim, criando um efeito de “bola de neve” que irá beneficiar não só a própria cidade como, também, toda a região de que aquela se assume como “lugar central”.

Tal postura e entendimento reflectem-se na qualidade de vida das populações e obrigam a uma permanente vigilância sobre os serviços, de modo a que estes garantam/facilitem a actividade económica do município, “lugar central” regional. De nada valerão as acessibilidades e a velocidade de deslocação

de pessoas, informação e bens se os organismos dos quais depender a agilização de respostas/retorno forem anquilosados ou, mesmo, impeditivos da dinâmica sócio-económica do município/região. Uma atitude negativamente reactiva daqueles conduzirá, a breve trecho, ao fechamento/encapsulamento do município e, se não acontecer pior, à sua mumificação/musealização, que nem o turismo “cultural” salvará da morte.

Compreendendo este fenómeno contemporâneo (acessibilidade+velocidade), alguns municípios portugueses têm reformulado as práticas administrativas instaladas (diria fossilizadas, de objectivos e clara matriz ideológica), agilizando procedimentos, exigindo rapidez nas respostas. Tal é o caso de Caldas da Rainha e tal não é o caso, infelizmente, de Évora, naquilo que à “Administração Urbanística” diz respeito. Ambas com Plano Director Municipal aprovado e, por isso, autónomas na capacidade de decidir e agir, independentes, genericamente, de serviços exteriores (leiam-se Direcções-Gerais e outros).

Se no primeiro município um processo de obras é respondido/despachado em 30 dias, havendo cinco técnicos a emitirem pareceres para a totalidade do concelho, no outro, pelo que a minha experiência e as descrições alheias me transmitem, 90 dias (velocidade de ponta e excepcional) não chegam, apesar do número de técnicos nas mesmas funções ser substancialmente maior.

Sem querer referir-me ao não cumprimento dos prazos legalmente estabelecidos, reporto-me, apenas, aos parágrafos iniciais para propor uma reflexão acerca dos efeitos nefastos (investimentos penalizados, juros crescentes, oportunidades de mercado perdidas e, conseqüentemente, aumento do custo do produto final) que tal atitude de inépcia provoca na economia (dinâmica endógena de investimento ou, pelo contrário, fuga de investimentos para outras regiões/municípios, debilidade congénita da economia regional, perpetuando a dependência) e, daí decorrente, efeitos catastróficos no tecido social (não atractividade, envelhecimento, desemprego, etc...) comprometendo decisivamente o bem estar e a qualidade de vida dos cidadãos, ferindo a cada passo a sustentabilidade do município/região.

Assim, e uma vez que a contemporaneidade já não segue o paradigma do séc. XIX – instalação de indústria, atracção de pessoas, desenvolvimento do comércio -, que está subjacente ao planeamento do séc. XX, creio não poder um município, na cidade-sede, aguardar pelas intenções/concretizações de investimento industrial para desbloquear/agilizar a “máquina” produtora de habitação e comércio, nem pode manter o planeamento urbanístico das povoações outrora rurais “amarrado” a concepções que se radicavam, quer na quase inexistência de equipamentos urbanos (ao trabalhador rural “chegavam-lhe” a venda ou a sede da cooperativa agrícola e às esposas daqueles a cooperativa de consumo), quer uma

imagem romântica de tipologias habitacionais ditas “rurais” ou “típicas”. O beirado e o rodapé pintado não é rural, nem típico, o quintal com hortícolas e árvores de fruto deram lugar à compra de beringelas e papaias ou mangas e a “cozinha de matanças” foi substituída pelo talho do hiper-mercado, remetendo-se à simples função de arrecadação de velharias ou, no pior dos casos, a “anexo alugável”.

Qualidade de vida dos Eborenses (no sentido lato de munícipe do concelho, por inteiro) é “levar” às povoações externas à cidade o mesmo tipo de equipamentos (mantendo, contudo, o princípio de lugar central de Évora), o mesmo tipo de acessibilidades (TVcabo, net, telemóvel, etc...) e garantir velocidade de deslocação de pessoas, informação e bens, à semelhança do que tem o habitante da cidade-sede. É, também, flexibilizar a “coisa” urbanística de forma a permitir o aparecimento de algo diferente do prescrito em Planos, quando tal se mostrar de mais-valia para a sócio-economia do concelho e da região ou, em alternativa, rever os Planos vigentes adoptando nessa revisão o conceito de “geometria variável” defendido, entre nós, pelo Professor Arquitecto Nuno Portas. Afinal, nesta contemporaneidade, todos somos, ou tendemos a ser, trabalhadores do terciário e alguns já do quaternário, independentemente do local onde habitamos, esbatendo-se as diferenças funcionais cidade/campo (o campo é, no dizer de alguns, já só uma imagem idílica do passado).

Embora de forma não directa, creio ter contribuído, mesmo que modestamente, para a participação solicitada, apontando algumas “... anomalia(s) no concelho que prejudica(m) a boa qualidade de vida dos Eborenses...”

António Borges Abel, arquitecto